

Sem garantias do Bird, bancos seguram dinheiro

29 ABR 1988

Dívida Externa ESTADO DE SÃO PAULO

NOVA YORK — Os grandes bancos estão segurando o “dinheiro novo” pedido pelo Brasil porque o secretário do Tesouro James Baker está contra as garantias solicitadas ao Banco Mundial, segundo o editorial “Não às garantias” do influente The Wall Street Journal de ontem. Os bancos querem que o Bird garanta parte dos cerca de US\$ 5 bilhões que o Brasil pediu. “Baker está dizendo não. Bravo!”, afirma o Journal, que lhe dá razão. A negativa de Baker deixa pendente a parte privada de um proposto pacote de financiamento arranjado pelo FMI. No entender do secretário do Tesouro, “as garantias para empréstimos acabam viciando”.

O diário afirma que “o Brasil é o maior devedor, mas não, necessariamente, o pior problema”. E constata: “Seu maior problema tem sido políticas econômicas mal concebidas, especialmente o impossível programa de controle de preços ‘Cruzado’ e sua moratória de pagamento da dívida”. Acrescenta, porém, que o ministro Mailson da Nóbrega tem feito “sérios e corajosos” esforços para reduzir o déficit federal, “que é a fonte da inflação e do desperdício econômico”. O Wall Street Journal diz que os bancos norte-americanos — “particularmente o Citicorp” — querem continuar fazendo negócios com o Brasil, “mas nos melhores termos possíveis”.

Crítica à moratória

ÉIS A ÍNTEGRA DO EDITORIAL:

“NÃO ÀS GARANTIAS

Boas fontes nos contam que os grandes bancos seguraram seu esperado empréstimo de ‘dinheiro novo’ ao Brasil, na semana passada, querendo um maior apoio do Tio Sam. O Tio Sam — ou, mais precisamente, o secretário do Tesouro James Baker, está dizendo não. Bravo!

Os bancos querem, especificamente, que o Banco Mundial garanta

uma parte dos US\$ 4,75 a US\$ 5 bilhões que o Brasil lhes pediu para os próximos 18 meses a dois anos. Por causa da resistência do sr. Baker, a parte privada de um proposto pacote de financiamento arranjado pelo FMI está pendente.

O sr. Baker está correto, por uma série de razões. Primeiro, porque as garantias para empréstimos acabam viciando, como o Congresso já demonstrou. As garantias são atraentes para os bancos, naturalmente, e também para os políticos, já que subsidiavam sem a necessidade de qualquer depósito em dinheiro. As obrigações dos contribuintes, porém, aumentam. Um secretário do Tesouro que resiste a este insidioso processo, merece um grande elogio.

Segundo: mesmo que o Banco Mundial tenha o poder legal de fornecer garantias, sua própria situação financeira e política merece um exame. Neste ano, o Banco espera pedir aos Estados Unidos e a outros países-membros que aprovem cerca de US\$ 75 bilhões de novo capital acima do seu atual capital autorizado de US\$ 171 bilhões. Os subscritores terão que pagar somente 3% em dinheiro. O resto será capital “exigível”.

Em outras palavras, o próprio Banco Mundial é capitalizado, principalmente, por meio de garantias, e não de dinheiro. As possibilidades de que o Congresso aprove uma nova subscrição dos Estados Unidos não seriam estimuladas pelas notícias de que as garantias dadas ao Banco Mundial estejam se traduzindo em garantias do Banco Mundial a empréstimos de bancos privados.

Terceiro, e mais importante: os problemas da dívida são resolvidos mais rapidamente, sem operações de socorro. Já não há mais uma crise da dívida. O presidente do Federal Reserve de Nova York, E. Gerald Corrigan, disse a um grupo de banqueiros em Boca Raton (na Flórida), na segunda-feira, que os empréstimos de grandes bancos a 15 países endivida-

dos (“Baker 15”, no original, refere-se a uma lista dos 15 países mais endividados, segundo o secretário Baker) caíram de 80 para 90% em seu capital principal, no final do ano passado. Há cinco anos, esta proporção era de 225 a 250%. O economista-chefe do Morgan Guaranty, Rimmer Devries, observou em Tóquio, recentemente, que ao reduzir esses empréstimos em 5% ao ano, e aumentando o capital primário a uma taxa de 10% ao ano, a atual proporção cairia em 50% dentro de cinco anos.

Das 15 nações, o Brasil é o maior devedor, mas não, necessariamente, o pior problema. Ele tem um setor privado relativamente forte, e está conseguindo um superávit comercial de US\$ 12 a US\$ 13 bilhões por ano. Seu maior problema tem sido políticas econômicas mal concebidas, especialmente o impossível programa de controle de preços ‘Cruzado’ e sua moratória de pagamento da dívida que custou caro em termos de créditos para o comércio.

Mas o novo ministro das finanças do Brasil, Mailson Ferreira da Nóbrega, tem feito sérios — mesmo corajosos — esforços para reduzir o déficit federal, que é a fonte da inflação e do desperdício econômico. Numa campanha para cortar o déficit em US\$ 2,8 bilhões, ele, recentemente, eliminou os subsídios ao trigo e suspendeu, temporariamente, os ajustamentos de custo de vida para funcionários do governo. Ele disse nesta semana a Roger Cohen, do Wall Street Journal, que está planejando adiar ou cortar projetos do governo.

Bancos americanos, particularmente o Citicorp, querem continuar fazendo negócios com o Brasil, mas nos melhores termos possíveis. Essa é uma posição razoável, mas talvez requeira alguma resposta quando os brasileiros fizerem sérios esforços reformistas. De qualquer forma, o relacionamento futuro entre os bancos e o Brasil poderia ser muito saudável, de nosso ponto de vista, se os contribuintes americanos ficarem de fora. 99